



**PKS**

PUBLIC  
KNOWLEDGE  
PROJECT

REVISTA DE  
**GEOGRAFIA**

Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE

**OJS**

OPEN  
JOURNAL  
SYSTEMS

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia>

## COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO RURAL NO ALTO SERTÃO SERGIPANO: OS EXEMPLOS DA COOPAC E UNITUBA

Fábio Ferreira Santos<sup>1</sup>, Maria Franco Garcia<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal Da Paraíba, E-mail, [fabinhoufs@gmail.com](mailto:fabinhoufs@gmail.com), Orcid <https://orcid.org/0000-0003-4089-8057>

<sup>2</sup> Universidade Federal da Paraíba, E-mail, [mmartilho@gmail.com](mailto:mmartilho@gmail.com), Orcid <https://orcid.org/0000-0002-1211-8423>

*Artigo recebido em 10/08/2021 e aceito em 18/09/2021*

### RESUMO

A formação do campesinato no Alto Sertão Sergipano (ASS) nos remete a pensar como está organizado o campesinato e seus rebatimentos na produção do espaço agrário. Nesse âmbito, compreender o papel das cooperativas na dinâmica territorial é fundamental para defendermos a tese da reprodução camponesa via políticas públicas do PNAE. Para tal, tem-se como foco de pesquisa a análise das cooperativas e associações rurais que estão situadas no ASS e seus desdobramentos na produção de alimentos. Historicamente, o cooperativismo e seu desenvolvimento ao longo do desenvolvimento da sociedade possibilitou entender as mudanças nas relações sociais, principalmente com as revoluções industriais, nas quais os conflitos de classes tornou-se mais latente. No espaço agrário, a formação do cooperativismo e associativismo rural têm sido uma das estratégias de reprodução camponesa e de enfrentamento ao mercado consumidor capitalista. O modelo de cooperativas e associações de estimuladas pelo Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra nos assentamentos rurais, onde a posse e organização da produção estão sob o controle da cooperativa se constitui em formas de resistências para o campesinato. Nesse viés, as cooperativas e associações de produção tem propiciado a aquisição de diversas instalações, compra de maquinários e implementos agrícolas, acumulando um considerável patrimônio para seus associados, que individualmente seria muito difícil alcançar. Assim, no ASS a cooperativa de produção agroindustrial e comercialização do Estado de Sergipe LTDA – COOPAC, e a união das associações de cooperação agrícola do perímetro irrigado Jacaré Curitiba – UNITUBA, se destacam pela organização e fortalecimento do campesinato através da reprodução camponesa via PNAE.

**Palavras-chaves:** campesinato; cooperativas; reprodução camponesa; Alto Sertão Sergipano; Programa Nacional de Alimentação Escolar.

## **RURAL COOPERATIVISM AND ASSOCIATIVISM IN THE ALTO SERTÃO SERGIPANO: THE EXAMPLES OF COOPAC AND UNITUBA**

### **ABSTRACT**

The formation of the peasantry in Alto Sertão Sergipano (ASS) leads us to think how the peasantry is organized and its repercussions on the production of the agrarian space. In this scope, understanding the role of cooperatives in the territorial dynamics is fundamental to defend the thesis of peasant reproduction through the public policies of PNAE. To this end, the focus of this research is to analyze the cooperatives and rural associations that are located in SSA and their unfoldings in food production. Historically, cooperativism and its development along the development of society made it possible to understand the changes in social relations, especially with the industrial revolutions, in which class conflicts became more latent. In the agrarian space, the formation of cooperatives and rural associations has been one of the strategies for peasant reproduction and for confronting the capitalist consumer market. The model of cooperatives and associations encouraged by the Landless Rural Workers Movement in rural settlements, where the ownership and organization of production are under the control of the cooperative, constitute forms of resistance for the peasantry. In this vein, the cooperatives and production associations have enabled the acquisition of several facilities, purchase of machinery and agricultural implements, accumulating a considerable patrimony for their members, which individually would be very difficult to achieve. Thus, in ASS the cooperative of agro-industrial production and marketing of the State of Sergipe LTDA - COOPAC, and the union of associations of agricultural cooperation of the irrigated perimeter Jacaré Curitiba - UNITUBA, stand out for the organization and strengthening of the peasantry through peasant reproduction via PNAE.

**Keywords:** peasantry, cooperatives, peasant reproduction, Alto Sertão Sergipano and National School Feeding Program.

## **COOPERATIVISMO RURAL Y ASOCIATIVISMO EN EL ALTO SERTÃO SERGIPANO: LOS EJEMPLOS DE COOPAC Y UNITUBA**

### **RESUMEN**

La formación del campesinado en el Alto Sertão Sergipano (ASS) nos lleva a pensar cómo se organiza el campesinado y sus repercusiones en la producción del espacio agrario. En este contexto, entender el papel de las cooperativas en las dinámicas territoriales es esencial para defender la tesis de la reproducción campesina a través de las políticas públicas del PNAE. Para ello, la investigación se centra en el análisis de las cooperativas y asociaciones rurales que se encuentran en el ASS y su impacto en la producción de alimentos. Históricamente, el cooperativismo y su desarrollo a lo largo de la evolución de la sociedad permitió entender los cambios en las relaciones sociales, especialmente con las revoluciones industriales, en las que los conflictos de clase se hicieron más latentes. En el espacio agrario, la formación de cooperativas y asociaciones rurales ha sido una de las estrategias para la reproducción campesina y para enfrentarse al mercado de consumo capitalista. El modelo de cooperativas y asociaciones fomentado por el Movimiento de los Sin Tierra en los asentamientos rurales, donde la propiedad y la organización de la producción están bajo el control de la cooperativa, constituyen formas de resistencia para los campesinos. En este sentido, las cooperativas y las asociaciones de producción han permitido la adquisición de diversas instalaciones, la compra de maquinaria y de implementos agrícolas, acumulando un patrimonio considerable para sus miembros que sería muy difícil de alcanzar individualmente. Así, en ASS, la cooperativa de producción y comercialización agroindustrial del Estado de Sergipe LTDA - COOPAC, y la unión de asociaciones de cooperación agrícola del perímetro irrigado Jacaré Curitiba - UNITUBA, se destacan por organizar y fortalecer al campesinado a través de la reproducción campesina vía PNAE.

**Palabras clave:** campesinado, cooperativas, reproducción campesina, Alto Sertão Sergipano y Programa Nacional de Alimentación Escolar.

## **INTRODUÇÃO**

O objetivo principal de este trabalho é apresentar os resultados parciais da tese de doutorado que estamos desenvolvendo junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, que trata sobre os processos de luta e resistência e do desenvolvimento de estratégias de recriação do campesinato no estado. Para isso, priorizamos a análise do papel do cooperativismo e associativismo rural como elementos importantes na dinâmica territorial da região, dinamizada pelo exercício de políticas públicas de base territorial como é o caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O PNAE permite aos camponeses um mercado sólido com preços estabelecidos, sem flutuações dos preços dos gêneros alimentícios e com garantia de renda e trabalho na reprodução das famílias. Temporalmente, a análise compreende as ações do PNAE no Alto Sertão Sergipano no período de 2009 a 2018.

Metodologicamente, nos apoiamos na análise das contradições que fazem do espaço agrário um território em disputa. Para isso, fundamentamos nossas leituras em Oliveira (1991; 2005; 2007), Fernandes (1996; 2000; 2008), Thomaz Junior (2004; 2005), Stedile (2006), Lisboa (2007), SANTOS (2001) entre outros que discutem a questão agrária.

Discutimos o cooperativismo a partir dos aportes clássicos do pensamento utópico em Saint Simon, Fourier e Robert Owen (ZAAR, 2013) que procurou romper com o individualismo propagado pelo modo de produção capitalistas e assentar suas ideias em defesa de uma sociedade igualitária. O pensamento utópico teve impactos significativos na luta por melhores condições de vida, todavia são as contribuições e críticas ao cooperativismo presentes no pensamento marxista que nos possibilitam entender as contradições oriundas das cooperativas e associações de trabalhadores (MARX, 1983; LUXEMBURGO, 1999).

Aliada à revisão teórica a bibliográfica sobre a formação do campesinato na região desenvolvemos, durante nosso trabalho de tese, uma permanente atividade de pesquisa de campo. Esse exercício metodológico combinado, tem-nos permitido refletir sobre os limites e as possibilidades da organização do trabalho, a produção e o consumo camponês de forma cooperativa e/o associativa, junto aos assentamentos rurais do Alto Sertão Sergipano.

Nesse contexto, as cooperativas e associações de produção têm sido uma das estratégias de reprodução camponesa e de construção de limites ao mercado consumidor capitalista. Geridas pelos seus sócios, estas tem permitido a “a aquisição de diversas instalações, compra

de maquinários e implementos agrícolas, acumulando um considerável patrimônio para seus associados, que individualmente seria muito difícil alcançar”. (SANTALUCIA, 2005, p.99).

No espaço agrário sergipano, especificamente, a Cooperativa de Produção Agroindustrial e Comercialização do Estado de Sergipe LTDA (COOPAC) e a União das Associações de Cooperação Agrícola do Perímetro Irrigado Jacaré Curituba (UNITUBA), organizam e fortalecem a produção de alimentos do campesinato na região do Alto Sertão Sergipano, por meio da venda e comercialização de diferentes gêneros alimentícios para o PNAE. Ambas ligadas aos Assentamentos de Reforma Agrária existentes neste território.

### ***COMPREENDENDO O COOPERATIVISMO E SUAS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO AGRÁRIO***

As ideias do cooperativismo devem-se ser entendidas a partir dos elementos históricos que realçam sua importância no desenvolvimento da sociedade. Nesse contexto, o pensamento utópico cooperativista tem suas bases nas ideias de importantes representantes como Saint Simon (Claude-Henri de Rouvroy, 1760-1825), François Maria Charles Fourier (1772- 1837) e Robert Owen (1771-1858), no qual buscava-se romper com o individualismo propagado pelo modo de produção capitalistas e assentar suas ideias em defesa de uma sociedade igualitária.

O pensamento utópico teve impactos significativos na luta por melhores condições de vida, todavia, as contribuições e críticas ao cooperativismo presentes no pensamento marxista nos possibilita entender as contradições oriundas das cooperativas e associações de trabalhadores.

Destacamos o pensamento de Marx ao mostrar a importância das cooperativas geridas pelos trabalhadores na luta contra as contradições do capital.

Em Rosa de Luxemburgo (1999, p. 26), a autora nos possibilita compreender que “as cooperativas e sobre tudo as cooperativas de produção são instituições de natureza híbrida dentro do capitalismo: constituem uma produção socializada em miniatura que é acompanhada por uma troca capitalista”. Nesse sentido,

a existência da cooperativa de produção, liga-se , atualmente, à existência da cooperativa de consumo, do que resulta deverem as cooperativas de produção contentarem – se, no melhor dos casos, com pequenos mercados locais e limitarem - se aos produtos da primeira necessidade, de preferência, produtos alimentares. (LUXEMBURGO, 199, p.27)

A contribuição de Rosa é crucial para compreendermos o atual estágio de desenvolvimento das cooperativas agrícolas, pois se baseiam apenas na produção de alimentos direcionadas aos mercados institucionais, convencionais (supermercados e restaurantes) e feiras livres.

Nesse viés, as cooperativas de produção,

São sociedades constituídas com finalidade vender a seus aderentes objetos ou gêneros de primeira necessidade, que esses adquirem em grosso. Trata-se de uma associação de consumidores que criam uma empresa com a finalidade de lhes fornecer os produtos de que necessitam. (RIOS, 2017, p.32)

A partir da compreensão das cooperativas de consumo, podemos dizer que estas são importantes para o campesinato, principalmente para que os camponeses possam ter condições de competir no mercado de gêneros alimentícios.

Nesse bojo, a construção de estratégias de reprodução camponesa vai além de produzir alimentos para a subsistência da unidade familiar, ou seja, o campesinato produzir alimentos para suprir a necessidade de sua família, como também para vender seus produtos para mercados institucionais, convencionais e feiras livres.

Nesse sentido, a formação de cooperativas pelos camponeses é fundamental em tempos sombrios e de retrocessos democráticos no Brasil. Assim,

as cooperativas agrícolas surgem como forma de associação entre trabalhadores rurais em assentamentos. São cooperativas que surgem e atuam dentro do Movimento dos trabalhadores rurais sem Terra. Desde o surgimento de suas bases é a cooperação e o cooperativismo como tal que organiza a produção dentro do MST. É via a cooperação movimento cooperativado que famílias se fixam em seus lotes. Assim, o MST baseou-se em concepções Kautskianas para estabelecer a “Teoria da Organização no Campo”. (ROVIERO, 2012, p.02)

Em Sergipe, as cooperativas de produção ligadas ao campesinato são importantes na venda de produtos direcionados ao Programa Nacional de Alimentação escolar – PNAE, no qual permite aos camponeses um mercado sólido com preços estabelecidos, não preocupando os cooperados das flutuações dos preços dos gêneros alimentícios no mercado, e garantindo renda e trabalho na reprodução das famílias camponesas.

Dentre as cooperativas existentes no alto sertão sergipano, citamos a união das associações de cooperação agrícola do perímetro irrigado Jacaré Curitiba – UNITUBA, e a cooperativa de produção agroindustrial e comercialização do Estado de Sergipe LTDA – COOPAC, ambas ligadas aos assentamentos de reforma agrária existentes neste território.

A UNITIBA, nasceu em 01/06/2005, com o objetivo fortalecer a cadeia produtiva e organizar a produção e alimentos dos assentamentos rurais existentes no alto sertão. Essa união de associações de assentamentos resultou na fundação da cooperativa e conseqüentemente na luta por melhores condições de trabalho no campo.

Já a COOPAC foi fundada em 28/12/2009, tendo como principal atividade naquele momento a fabricação de laticínios. Esta cooperativa surgiu a partir de reuniões de assentados para produzir alimentos direcionados aos programas do governo federal PAA e PNAE, cuja Lei Nº 11.947, de 2009, mostra que a aquisição de alimentos do campesinato deveria atender o art. 14 dessa lei, no qual

do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo trinta por cento deverá ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, priorizando os assentamentos da Reforma Agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. (BRASIL, FNDE, 2012)

Os avanços nas políticas públicas para o campo no governo Lula foram fundamentais para que o campesinato pudesse resistir e fortalecer diante das contradições do sistema capitalista e do avanço do agronegócio no campo. Nesse aspecto, as cooperativas de assentados de reforma agrária passaram a disputar os mercados institucionais e a oferecer gêneros alimentícios de ótima qualidade para as escolas.

### ***ATUAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ALTO SERTÃO SERGIPANO***

O Programa Nacional de Alimentação Escolar tem em seu processo de gestão e gerenciamento dos recursos federais atribuições as Entidades Executoras para a aquisição de gêneros alimentícios. Nesse aspecto, tanto as entidades executoras quanto as Unidades Executoras das escolas possuem as mesmas regras para a aquisição de alimentos, inclusive a obrigação de atender ao percentual mínimo de compras da agricultura camponesa.

Nesse sentido, as EEX e as UEx buscam comprar produtos agrícolas das cooperativas e associações de agricultores camponesas para atenderem a percentual estabelecido pelo FNDE. Dessa forma,

Os agricultores familiares e/ou suas organizações econômicas que possuem declaração de aptidão física (DAP) ao PRONAF (DAP). Os agricultores familiares podem participar de forma individual ou organizados em grupos informais – com a DAP física -, ou por meio de suas organizações formais (associações e cooperativas) – com o DAP jurídica. (FNDE, 2015, p.08)

As duas formas de participação do campesinato na comercialização da agricultura para os mercados institucionais são utilizadas atualmente, mas os grupos formais através de cooperativas e associações sobrepõem-se aos outros, visto agregar um grande número de agricultores e um percentual maior na venda de gêneros alimentícios.

Os avanços nas políticas públicas para o campo, em especial na aquisição de alimentos dos camponeses para o PNAE, obedecem às normas estabelecidas pelo governo federal. Dentro desse contexto, o conceito de agricultor familiar foi embutido nas ações do Estado.

de acordo com a Lei nº 11.326/2006, é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família. Também são considerados agricultores familiares: silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária. (ibid., p.08)

Nesse âmbito, o conceito de agricultor familiar é utilizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no reconhecimento do camponês. “Este documento é o instrumento de identificação do agricultor familiar, utilizado para o acesso as políticas públicas.

A partir dessa formulação pelo Estado, os camponeses puderem se organizar em associações e cooperativas para fortalecer as relações comerciais com os mercados institucionais do PAA e PNAE. Paralelamente,

os recursos federais para o Programa Nacional de Alimentação Escolar devem ser utilizados exclusivamente para a compra de alimentos, seguindo as disposições da Lei de licitações. Não é permitida a compra de gás de cozinha, utensílios em geral, nem o pagamento da mão de obra necessária para o preparo da alimentação escolar. E a compra de alimentos também deve obedecer ao que está previsto em lei, ou seja, deve ser utilizado no mínimo 70% destes recursos na aquisição de produtos básicos, respeitando o hábito alimentar do local. (BELIK, 2002, p.03)

Nesse sentido, os municípios e as secretarias de educação estaduais devem obedecer aos critérios estabelecidos pelo FNDE na utilização dos recursos públicos. Dessa forma, alguns gêneros alimentícios são considerados básicos para o Programa Nacional de Alimentação escolar, tais como:

**Tabela 08. Tipos de gêneros alimentícios básicos do PNAE.**

Alimentos básicos no PNAE			
Açaí	Carne suína fresca	Leite em pó	Pescado resfriado
Açúcar	Carne suína resfriada	Leite fluido	Polpas de frutas
Amido de milho	Carque ou carne seca	Lentilha	Polpa de tomate
Arroz	Creme de milho	Macarrão	Polvilho
Banha	Farinha de mandioca	Mandioca	Queijo coalho
Batata doce	Farinha de rosca	Manteiga	Queijo de minas
Bata inglesa	Farinha de tapioca	Margarina	Rapadura
Biscoito de polvilho	Farinha de tapioca	Mel de abelha	Sagu
Bolacha doce (tipo maisena)	Farinha de trigo	Melado de cana	Sal
Bolacha salgada (tipo cracker)	Fécula de batata	Milho de canjica (mugunzá)	Sardinha em conserva (óleo)
Café	Feijão	Milho de pipoca	Sêmola de milho
Canjiquinha/xerém	Frango abatido congelado	Miúdos resfriados	Suco de laranja concentrado
Carne bovina congelada	Frango abatido fresco	Miúdos congelados	Suco natural
Soja em grãos	Frango abatido resfriado	Óleo de soja	Cará
Carne salgada	Frutas	Ovos	Temperos
Fubá	Pão	Toucinho defumado	Grão de bico
Pescado congelado	Trigo para quibe	Inhame	Vinagre
Pescado fresco	Carne suína congelada	Verduras	Hortaliças
Legumes	Carne bovina fresca	Milho	Leite de coco

Fonte: BELIK, 2002;

Organização: SANTOS, 2017.

Todos esses produtos são comercializados na alimentação escolar no país, embora alguns são de cunho regionais, sendo, portanto, inseridos no cardápio local do Estado em que se localizam. Em Sergipe, a comercialização se dá através de grupos informais que se disputam as chamadas públicas municipais e as secretarias de educação do Estado para venderem seus produtos as prefeituras e ao Estado.

Nesse aspecto, os grupos informais são compostos por associações e cooperativas de agricultores que buscam fortalecer a entidade para poder concorrer as chamadas publicas dos mercados institucionais do PNAE e PAA. Para a inserção aos programas federais, os camponeses devem formalizar o projeto de venda, onde apresenta seu interesse em vender sua produção para a alimentação escolar, por exemplo.

De acordo com o FNDE (2015),

a responsabilidade pela elaboração e entrega dos projetos de venda é dos agricultores familiares ou suas organizações. É necessário que os agricultores familiares se atentem à Chamada Pública na elaboração de seus projetos de venda. O projeto deverá apresentar sua proposta de fornecimento de gêneros alimentícios (variedade, quantidade, cronograma de entrega), de acordo com o publicado na Chamada Pública, e conforme a possibilidade de atendimento de cada fornecedor. (FNDE, 2015, p.21)

Observa-se que é fundamental a entrega dos projetos de venda com as propostas de fornecimento de gêneros alimentícios especificada, com todos os produtos que serão oferecidas as entidades executoras do PNAE, pois a partir daí serão selecionados as associações e cooperativas que atendem melhor os requisitos estabelecidos pelas prefeituras.

De acordo com o coordenador da central de distribuição dos produtos da agricultura familiar do Estado de Sergipe, “existem atualmente 40 cooperativas e associações que vendem seus gêneros alimentícios para o PNAE”<sup>1</sup>. No alto sertão de Sergipe se destacam: a União das Associações de Cooperação Agrícola do Perímetro Irrigado Jacaré Curituba (UNITUBA), a Cooperativa Regional de Assentados de Reforma Agrária do Alto Sertão de Sergipe (COOPRASE), a Associação dos produtores e criadores da União (ASPROCRIU) e a cooperativa de produção agroindustrial e comercialização do Estado de Sergipe LTDA – COOPAC.

Observa-se que, “as cooperativas não devem se organizar apenas com objetivos econômicos, mas também com objetivos políticos de longo prazo, que permitam conscientizar os trabalhadores para fortalecer as suas lutas, tendo em vista a transformação da sociedade”. (GORGEN & STÉDILE, 1991, p.146).

Nesse aspecto, as cooperativas englobam a luta na terra trazendo perspectivas de luta e envolvimento em diferentes dimensões como política, ideológica, social, econômica e simbólica. Essa forma de se organizar fortalece os assentamentos e permite desenvolver novas formas de transformação da sociedade. De acordo com Fabrini (2000),

nos assentamentos, a cooperativa não deve ser vista como um empreendimento essencialmente capitalista, porque esta não produz exclusivamente para o mercado: produz também para as famílias. Entretanto, é importante observar que existe uma grande preocupação em produzir excedentes, viabilizados, principalmente, através da mecanização e uso de instrumentos e equipamentos modernos, adquiridos no mercado. É evidente que a produção destinada ao consumo no próprio assentamento/cooperativa (gêneros alimentícios, instrumentos, produtos de sustentação de outras atividades) têm importância fundamental na produção de excedentes, com barateamento de produtos destinados ao mercado. (FABRINI, p. 73)

Nesse aspecto a COOPAC tem sido uma proposta feita pelos assentados como forma de “emancipação” frente ao domínio do mercado capitalista. Aliás, a cooperação permite aos camponeses inserir-se nos mercados institucionais na comercialização de seus produtos.

---

<sup>1</sup> O Coordenador da central de distribuição dos produtos da agricultura familiar do Estado de Sergipe, no Encontro Técnico do PNAE de Sergipe, promovido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e pela Secretaria de Estado da Educação de Sergipe, nos dias 13 e 14 de junho de 2017, em sua palestra no encontro mostrou que existem atualmente 40 cooperativas de agricultores que vendem seus produtos para a alimentação escolar.

A cooperativa UNITUBA, desenvolve-se no município de Poço Redondo e tem se destacado pela produção de hortifrúti e leguminosas, onde seus produtos vem atendendo vários municípios do território do Alto sertão, além da região do agreste do Estado. Esta associação, vem mostrando avanços importantes do campesinato, visto a escassez de água vem sendo superada através dos projetos irrigados que estão sendo feitos pelo Governo do Estado.

Dessa forma, o PNAE vem promovendo rebatimentos importantes para o campesinato e para a economia local, pois além da comercialização para os mercados institucionais, a alimentação escolar está sendo atendida por produtos alimentícios de boa qualidade e de grande aceitação nas escolas municipais do Estado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante das contradições do sistema capitalista e o desenvolvimento desigual e contraditório das relações sociais de produção deste sistema, o campesinato busca diferentes formas de se reproduzir e resistir as barbáries do capital.

Nessa lógica, a implementação de associações e cooperativas de produção com o intuito de captar recursos e fornecer alimentos aos programas institucionais do governo federal tornou-se uma estratégia de reprodução camponesa no momento atual.

Dessa forma, a fundação da COOPAC e da UNITUBA vinculadas aos movimentos sociais foram importantíssimas para o desenvolvimento da unidade familiar camponesa, permitindo que o campesinato pudesse se organizar para resistir e enfrentar as dificuldades impostas pelo sistema capitalista. Nesse âmbito, a comercialização das cooperativas e associações para os programas federais, especialmente o PNAE, foi extremamente significativo para o fortalecimento do campesinato no território do alto sertão sergipano.

Assim, ao inserir-se em cooperativas e associações de produção de alimentos, os camponeses passaram a ter uma parte de sua produção agrícola direcionadas ao PNAE, conseguindo ter renda e trabalho para sustentar sua família e (re) criar novas formas de sobreviver no campo.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST. Formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, Bernardo. Mançano. **A FORMAÇÃO DO MST NO BRASIL**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento social como categoria geográfica. IN: **Revista Terra Livre**. São Paulo: AGB, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil. Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora da Unicamp, 2008.

LISBOA, Josefa Bispo de. **A TRAJETÓRIA DO DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO PARA O NORDESTE: políticas públicas na (dis)simulação da esperança**. Tese de doutorado: São Cristóvão, 2007.

LUXEMBURGO, Rosa. **REFORMA OU REVOLUÇÃO?**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 1999.

MARX, K. & ENGLÉS, F. **OBRAS ESCOLHIDAS**. Tomo II. Lisboa: Edição Avante, 1983.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **AGRICULTURA CAMPONESA NO BRASIL**. São Paulo: contexto, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA, AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **AGRICULTURA BRASILEIRA: Transformações Recentes**. In: Geografia do Brasil. Jurandyr L. Sanches Ross (Org.). 5ª Ed. ver. e amp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

RIOS, Gilvando sá Leitão. **O QUE É COOPERATIVISMO**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1987.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: RECORD, 2001.

THOMAZ JR., A. **A (DES)ORDEM SOCIETAL E TERRITORIAL DO TRABALHO**. (Os limites para a unificação orgânica). In: MARQUES, M. I. (Org.). São Paulo: Laboratório de Geografia Rural, 2004.

THOMAZ JR., A. “Reestruturação Produtiva do Capital no Campo, no Século XXI, e os Desafios para o Trabalho”. Fórum Mundial sobre Reforma Agrária – **Fundo Documental**, 2004. Disponível em: [www.cerai.es/fmra/archivo/thomaz\\_junior.pdf](http://www.cerai.es/fmra/archivo/thomaz_junior.pdf)

Acesso em: 03/05/2018.